

O oráculo machadiano¹

The Oracle of Machado de Assis

Teresinha V. Zimbrão da Silva *

*Machado de Assis buscou nas Escrituras como em Dante ou Shakespeare, tão-somente belezas literárias e usava com frequência de reminiscências, episódios ou versetos do livro santo como roupagem elegante dos humorismos que aos milhares marchetam seus livros.
(Dom Hugo Bressane in O Aspecto Religioso da Obra de Machado de Assis)*

Resumo

Neste trabalho, estudaremos um importante momento da apropriação machadiana da tradição religiosa no romance Esaú e Jacó. Mostraremos que esta tradição é submetida a modificações que podem ser interpretadas como parte de um processo de atualização de textos de um contexto para um outro muito distinto do original.

Palavras-chave: Machado de Assis, tradição religiosa, apropriação.

Abstract

In this work we study an important moment of Machado de Assis' appropriation of religious tradition in the novel Esaú e Jacó. We show that this tradition is subjected to modifications which can be interpreted as part of an updating process which places it in a context that is different from the original one.

Keywords: Machado de Assis, religious tradition, appropriation.

¹ Artigo recebido em 17/06/2013. Aprovado em 29/08/2013.

* Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFJF: Mestrado e Doutorado em Estudos Literários. Contato: teresinha.zimbrao@ufjf.edu.br

Introdução

Esse trabalho constitui-se como um recorte de uma proposta maior de análise do diálogo de Machado de Assis com a tradição religiosa. Na presente análise, procuraremos explicitar o quanto essa tradição é modificada ao comparecer na obra machadiana e o quanto essas modificações admitem ser interpretadas como parte integrante de um processo de atualização de um contexto para um outro muito distinto do original. Essa constante prática machadiana, de atualizar a tradição religiosa, nos sugere que, para o escritor, a religião é, sobretudo, um produto histórico, criado pelos homens. Contudo, sua presença na obra machadiana é por demais recorrente, e, portanto, também procuraremos explicitar o quanto é importante estudarmos esse diálogo para uma compreensão maior do escritor. No presente recorte, analisaremos um dos momentos mais expressivos dessa presença, que comparece nas páginas iniciais do penúltimo romance de Machado de Assis, publicado em 1904. Esse romance concentra então um conveniente número de alusões a tal tradição, além de concentrar a alusão maior no próprio título: *Esau e Jacó*. Mas antes de analisarmos o romance, algumas considerações sobre o diálogo machadiano com a tradição de um modo geral se fazem necessárias.

1. Um Homem do seu tempo e do seu país

Principiemos por notar uma declaração do crítico Antonio Candido, publicada em 1993 no seu ensaio *De Cortiço a Cortiço*, sublinhando a seguinte questão: “Hoje está na moda dizer que uma obra literária é constituída mais a partir de outras obras, que a precederam, do que em função de estímulos diretos da realidade –, pessoal, social ou física” (Candido, 1993, p. 123).

Ora, contrariando essa moda, Candido procura demonstrar, no seu ensaio, que obras da literatura brasileira tal como *O Cortiço*, ao mesmo tempo em que são constituídas por aquelas que a precederam, são *não menos* constituídas por estímulos diretos da realidade. O crítico defende que nos estudos de literatura brasileira, se por um

lado, importa a questão, então na moda, da *filiação de textos*, por outro lado, *não menos* importante é a questão da *fidelidade aos contextos*. Afinal, trata-se de uma literatura que mesmo “com lentes tomadas de empréstimo”, sempre “vê o meio” (Candido, 1993, p. 125). Aconselha então Candido:

Se pudermos marcar alguns aspectos desta interação talvez possamos esclarecer como, em um país subdesenvolvido, a elaboração de um mundo ficcional coerente sofre de maneira acentuada o impacto dos textos feitos nos países centrais e, ao mesmo tempo, a solicitação imperiosa da realidade natural e social imediata. (Candido, 1993, p. 126).

Assim, notar o *encontro feliz* desses dois procedimentos seria um dado importante para a análise da obra literária brasileira, vista ao mesmo tempo como *liberdade e dependência*. Tentando então seguir o conselho de Antonio Candido, é nossa proposta explicitar que a literatura de Machado de Assis resulta da interação dos dois procedimentos: filiação de textos e fidelidade aos contextos.

Por ora, ao analisarmos a filiação de Machado de Assis à tradição religiosa, nos propomos interpretar as modificações que comparecem na versão machadiana dessa tradição, como sendo consequentes do processo de atualização desses textos para que se tornem *fiéis* ao contexto muito distinto – tanto temporal como espacialmente – da periferia do mundo moderno. Esperamos explicitar com esse trabalho, o quanto “a consciência das condições próprias do meio brasileiro interfer[e] na influência literária”, como sugere Candido (Candido, 1993, p. 127). Na verdade, no caso de Machado de Assis, uma tal consciência comparece inclusive explícita nas páginas que o escritor dedica à crítica literária e que merecem ser revistas.

Pois vejamos. Principiemos por notar uma declaração machadiana datada de 1873, presente no ensaio, *Instinto de Nacionalidade*, direcionada aos nacionalistas defensores da cor local: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Machado de Assis, O. C. III, 1997, p. 804).

O crítico antecipa-se ao romancista, propondo-se desde então um *sentimento íntimo* relacionado ao *seu tempo e ao seu país* que compareceria nos seus romances, ainda quando estes tratassem de *cousas* remotas no tempo e no espaço. Notemos ainda que ao refletir sobre o conceito de imitação, no ensaio intitulado *Antônio José*, Machado de Assis produz uma metáfora das mais expressivas sobre o fazer literário, quando declara que o escritor permite a si “ir buscar a especiaria alheia, mas há de ser para temperá-la com o molho da sua fábrica” (Machado de Assis, O. C. II, 1997, p. 727). Proposta que ele já havia defendido antes, quando em 1859, ao divulgar as suas “Idéias sobre o Teatro”, escrevia sobre o conceito de cópia: “Copiar a civilização existente e adicionar-lhe uma partícula, é uma das forças mais produtivas com que conta a sociedade” (Machado de Assis, O. C. III, 1997, p. 791).

Destas declarações, podemos concluir que Machado de Assis parece estar consciente de que a influência literária, ao ser contextualizada, será modificada. Contextualização que será expressa, no seu caso, seja em termos de um *sentimento íntimo de homem do seu tempo e do seu país*, seja do *molho de sua fábrica*, seja ainda de uma *partícula* a ser adicionada. Machado de Assis parece então concordar com Candido: a *fidelidade ao contexto* há de interferir, modificando o texto original.

2. Liberdade e Dependência

Candido sugere que a obra literária brasileira deveria ser analisada considerando-se sua liberdade e dependência. No caso dos estudos sobre Machado de Assis, a tendência tem sido a oscilação de um extremo a outro: ou Machado de Assis é totalmente original, ou é influenciado pelas diversas tradições que comparecem na sua obra. Pois estamos nos propondo, nesse trabalho, a encontrar um meio termo: tentaremos atualizar os estudos machadianos comparativos, provenientes de um contexto de estudo de influências (valorizador, sobretudo, da semelhança), para um outro contexto comparativo (valorizador da diferença) e no qual adotaremos, para

melhor descrever a comparação, o conceito de *apropriação*. Assim, da perspectiva de estudarmos um sujeito passivo influenciado, copiator em débito com o original, passamos à perspectiva de estudar um sujeito ativo, apropriador, copista em diferença do original. Ao substituírmos a anterior ideia negativa de passividade, contida no conceito de influência, pela ideia positiva de atividade contida no conceito de apropriação, esperamos estar nos posicionando de um melhor ângulo para estudarmos o diálogo machadiano com a tradição.

Afinal, o próprio Machado de Assis parece ter sido um consciente valorizador da diferença nos estudos comparativos. É o que sugerem suas reflexões sobre os conceitos de cópia e imitação nos ensaios críticos que mencionamos antes: *Instinto de Nacionalidade*, *Antônio José e Idéias sobre o Teatro*. Esta sua consciência, explícita nos seus textos de crítica literária, compareceria implícita nos seus textos de ficção. Pois é nossa proposta explicitar que o escritor brasileiro Machado de Assis, no seu romance *Esau e Jacó*, além de “copiar” preciosa “especiaria alheia”, ousou ainda, conscientemente, “adicionar-lhe uma partícula”. Afinal, sendo “um homem do seu tempo e do seu país”, sensível, portanto, ao contexto a ponto de modificar o texto, “temperou” esta “especiaria alheia” com o peculiar “molho de sua fábrica”.

No presente trabalho, no qual nos propomos estudar o diálogo machadiano com a tradição religiosa, analisaremos a apropriação da tradição clássico-pagã no romance *Esau e Jacó*. Ora, sabemos que o narrador machadiano está sempre citando a tradição, ou em outros termos, apropriando-se desta. Nesta nossa análise, tomaremos as páginas iniciais do romance, que concentram, como já mencionamos, um conveniente número de alusões à tradição religiosa, e, a partir destas, explicitaremos como a tradição oracular grega, tão bem registrada em um clássico universal como *As Eumênides* de Ésquilo, veio a ser atualizada, por este *homem do seu tempo e do seu país*, para o periférico contexto oitocentista de um moderno romance “folhetinesco”.

3. A apropriação machadiana da tradição clássico-pagã

Ora, nas páginas iniciais de *Esauí e Jacó*, lemos sobre a consulta de uma dama da alta sociedade fluminense do segundo oitocentos a uma popular adivinha. Esta dama, de nome Natividade, acompanhada da sua irmã Perpétua, saíra da sua casa no elegante bairro de Botafogo e subia então – magoando os pés no “íngreme”, “desigual” e “mal calçado da ladeira” – ao suburbano Morro do Castelo, um lugar habitado por pessoas de baixa renda tais como “lavadeiras”, “soldados”, “algum empregado”, “algum lojista”.

Notemos que as duas damas se valeram de muitas precauções para permanecerem anônimas: a simplicidade no vestir, o véu a esconder o rosto, a luxuosa carruagem deixada à distância, o próprio nome falso dado depois à adivinha. Contudo, como damas da alta sociedade que eram, as duas estavam mesmo é a chamar a atenção daquela população do subúrbio, lemos até que “todos olhavam espantados para elas (...) há um donaire que se não perde, e não era vulgar naquelas alturas” (Machado de Assis, O.C. I, 1997, p. 947).

Ao leitor, contemporâneo de um século positivista e preconceituoso quanto ao saber não-científico, o narrador desta história logo de início previne: “não há que dizer do costume que é velho e velhíssimo” (Machado de Assis, O.C. I, 1997, p. 948). Na verdade, o costume de consultar um oráculo sobre as cousas futuras é tão velho que já comparece registrado pela literatura grega de há dois mil anos, é o que o narrador lembra ao leitor quando aconselha: “Relê Ésquilo, meu amigo, relê as *Eumênides*, lá verás (...) os que iam à consulta” (Machado de Assis, O.C. I, 1997, p. 948).

E, de fato, se relermos a consagrada tragédia escrita por Ésquilo, lá veremos o príncipe Orestes, sem os cuidados de Natividade para permanecer no anonimato, ir à região montanhosa de Delfos para consultar o respeitável oráculo da sacerdotisa Pítia sobre o seu incerto futuro após ter assassinado a própria mãe como vingança pelo assassinio do seu pai Agamenon. (Ésquilo, 2005).

Mas sabemos que a motivação de Natividade para ir, anonimamente, ao subúrbio do Morro do Castelo, consultar não

uma respeitável sacerdotisa, e sim uma popular adivinha, é bem menos trágica: eis que esta mãe tão somente queria saber se os seus filhos gêmeos nascidos há pouco mais de um ano seriam grandes e gloriosos.

Ora, são flagrantes as diferenças entre ambos os textos: afinal, um é uma tragédia clássica, o outro é um moderno romance “folhetinesco”. Contudo, a referência machadiana a Ésquilo, que, como vimos, é de fato citado neste primeiro capítulo de *Esau e Jacó*, nos incentiva a aproximar e confrontar os dois oráculos. E ao fazê-lo, estaremos considerando esta importante característica da literatura machadiana que é a apropriação da tradição.

Notemos que uma particularidade do contexto pós-clássico europeu é que o costume de consultar oráculos, tendo sido oficial na poderosa Grécia pagã da antiguidade, veio a ser marginalizado como superstição tanto pelos tempos medievais de uma poderosa Europa católica, quanto pelos tempos modernos de uma poderosa Europa burguesa, racional e positivista. Assim, os oráculos, de oficiais passam a ser marginais. São desprestigiados, primeiro pela ação da religião católica, depois pela ação da ciência.

Por outro lado, uma particularidade do contexto oitocentista brasileiro é que, mesmo diante de uma Europa cada vez mais burguesa, racional e positivista, persistia então um Brasil católico. O acentuado processo de europeização a que o país se submetia, como periferia de um sistema de centro europeu, não era suficiente para desprestigiar a religião. Na verdade, o tradicional Catolicismo veio a conviver com a última novidade do racionalismo europeu, o Positivismo. São estas duas normas de conduta, a católica e a positivista, que precisamos ter em mente quando da leitura de *Esau e Jacó* e, também, que tanto no entender de uma, como de outra, oráculos constituíam uma grande superstição.

Pois consideraremos esta marginalização da tradição oracular como um decisivo índice de modernidade que comparece sensivelmente registrado na versão machadiana. De fato, vimos que o oráculo da adivinha, em flagrante contraste com a oficialidade do oráculo helênico, antes comparece situado *marginalmente* em

um *subúrbio*. Também vimos que Natividade e Perpétua – como damas da alta sociedade que eram, e, portanto, preocupadas com o prestígio social guardado nas aparências de católicas europeizadas – ao se desviarem do seu respeitável círculo social para consultarem um oráculo suburbano, cuidaram então de agir não com a anterior *publicidade* dos helenos e sim com um dado inovador em relação ao texto clássico que era o próprio *anonimato*. Lemos até que, as duas “[t]inham fé, mas tinham também vexame da opinião” (Machado de Assis, O.C. I, 1997, p. 948) e sabiam que “[s]e as descobrissem estavam perdidas, embora muita gente boa lá fosse” (Machado de Assis, O. C. I, p. 950-51).

E se muita “gente boa”, da alta sociedade, lá ia, mesmo que às ocultas, era porque o “respeito” dos brasileiros pelas normas de conduta ditadas pelo contemporâneo Positivismo europeu e pelo tradicional Catolicismo não era tanto de modo a impedir que a adivinha reinasse no seu “Castelo” com larga freguesia. Natividade, por exemplo, das duas damas a que ia realmente fazer uma consulta, recebera um cartão de espera, sobre o qual o narrador alerta, “[n]ão há que pasmar do algarismo” (Machado de Assis, O.C. I, 1997, p. 948), com o impressionante número 1012.

Pois consideraremos esta larga freguesia da adivinha como sendo o sensível registro machadiano de um índice da identidade cultural brasileira: o misticismo. Ora, se na positivista Europa os oráculos tinham se tornado de oficiais a marginais – e tão marginais que poucos os consultavam a ponto de se tornarem até mesmo obsoletos – no místico Brasil, ainda que também situados à margem, ainda que relegados aos subúrbios, os oráculos continuavam bem ativos, e tanto que eram frequentados em *Esau e Jacó* por muita “gente boa”.

Estamos tratando, portanto, da persistência no Brasil oitocentista de um costume praticamente banido pela Europa burguesa, racional e positivista. Pois este persistente costume, além de representar uma infração brasileira às modernas normas de conduta europeia, representa ainda uma semelhança, dentre as flagrantes diferenças, entre o contexto clássico e o brasileiro.

Afinal, no processo de atualização de uma tradição do centro do mundo antigo para a periferia do mundo moderno, se por um

lado importava considerar, sobretudo, uma diferença: a moderna marginalidade do costume, por outro lado, era também importante considerar uma semelhança: a persistência, de fato, do costume oracular em certa periferia da modernidade. Esta *semelhança* entre dois contextos, a princípio tão distantes, tanto temporal quanto espacialmente, era muito conveniente a Machado de Assis nesta sua aproximação entre o oráculo da Pítia grega e o oráculo da adivinha brasileira.

E, de fato, como fórmula relacionada a um universo não-burguês, a tradição oracular podia ser convenientemente atualizada em *Esau e Jacó* para indicar uma dimensão também extraburguesa do universo brasileiro, que, aburguesado por incompleto, exibia no seu plano cotidiano, flagrantes *infrações* às normas de conduta burguesa (Schwarz, 1990).

Notemos então que a apropriação machadiana da tradição oracular grega veio, portanto, a se dar em termos de uma conveniente aproximação entre um costume helênico e um costume brasileiro e, sendo assim, relacionando uma tradição universal a um costume local – ou em outros termos, adaptando uma moldura clássica a uma prosaica cena inspirada ao moderno cotidiano brasileiro.

Na verdade, esta adaptação permitia ao narrador machadiano um importante efeito que era o de apaziguar os possíveis preconceitos do leitor contemporâneo de um século positivista. De fato, se os oráculos estavam modernamente banidos como superstição, antes então registrar esta infração dos personagens brasileiros às normas de conduta da moderna Europa sob o prestígio da moldura helênica, que em suma serviria como um acabamento “erudito” para a superstição “vulgar” tematizada na cena. E a moldura grega em particular não poderia ser mais apropriada para tal fim, pois estava então justamente em alta: o helenismo tendo à frente os parnasianos, Coelho Neto, Olavo Bilac e Alberto de Oliveira tinha se apoderado da literatura brasileira da *belle époque*.

Assim, na descrição da consulta de uma dama da alta sociedade a uma popular adivinha, o narrador machadiano, procurando amenizar a vulgaridade suposta na cena, aponta então para a

erudição da sua moldura, aconselhando o leitor a reler em um clássico universal como *As Eumênides* de Ésquilo, a descrição também de uma consulta oracular.

Ora, se o costume dos helenos de consultar oráculos havia sido registrado pela literatura clássica, então o persistente costume brasileiro de consultar adivinhos teria o seu registro em um moderno romance “folhetinesco”. Este registro teria dados diferenciadores em relação ao do costume grego. Consideraria tanto a moderna marginalização do costume oracular, norma ditada pelo centro europeu, quanto a persistência do oráculo na periferia, além de considerar ainda um outro importante índice de modernidade: o aburguesamento e secularização do costume – o que de fato comparece nas páginas iniciais de *Esau e Jacó*, sobretudo em dois momentos, como veremos logo em seguida.

O primeiro momento se dá quando o narrador machadiano cita as palavras da sacerdotisa Pítia: “Se há aqui Helenos, venham, aproximem-se, segundo o uso, *na ordem marcada pela sorte*” (Machado de Assis, O.C. I, p. 948) e sobre a citação comenta “[a] sorte outrora, a numeração agora, tudo é que a verdade se ajuste à prioridade, e ninguém perca a sua vez de audiência” (Machado de Assis, O. C. I, p. 948). Notemos então que, no comentário (em que o grifo não é nosso e sim do próprio Machado de Assis), o narrador aponta para uma diferença entre os dois oráculos: a prioridade da consulta, outrora, era decidida por um dado não-racional, a saber, a própria sorte; agora, por um dado racional, a numeração. Ora, o uso do número para decidir sobre prioridades veio a ser adotado na maioria das atividades de um mundo moderno, cada vez mais racional, secular e burguês. Eis que temos, no caso do seu uso em *Esau e Jacó*, o sensível registro machadiano do aburguesamento e secularização do costume oracular nos tempos modernos.

O segundo momento em que este outro importante índice de modernidade comparece registrado se dá por ocasião do final da consulta, quando Natividade, contente com a profecia, retira da bolsa uma nota de cinquenta mil-réis, sendo que sobre esta sua atitude, lemos então o narrador comentar que “[e]ra cinco vezes o preço do

costume, e valia tanto ou mais que as ricas dádivas de Crespo à Pítia” (Machado de Assis, O.C. I, p. 950). Notemos que a palavra “dádiva” admite-se como pertencente ao vocabulário de um contexto clássico, diferentemente da palavra “preço”, que pertence mais ao secularizador vocabulário das transações burguesas e, portanto, na associação da palavra “preço” ao oráculo da adivinha, temos mais um registro em *Esau e Jacó* do quão aburguesado e secularizado encontrava-se então o costume oracular.

Assim, vimos este outro importante índice de modernidade ter sido definitivamente considerado na versão machadiana, que, empreendida em moderna tinta secular, veio então traduzir a antiga *sorte* pela atual *numeração*, ou ainda a *dádiva* oferecida à sacerdotisa Pítia no *preço* burguês cobrado pela adivinha. A atualização machadiana do costume oracular para a literatura oitocentista realiza-se a partir da sensível introdução de um vocabulário modernizador.

Na verdade, em atitude contrária a dos escritores parnasianos da “torre de marfim”, em *Esau e Jacó*, a tradição com os seus tons sublimes foi colocada em próxima convivência com a modernidade e seus detalhes supostamente vulgares. O moderno vocabulário financeiro convive com citações clássicas.

Notemos ainda, que a própria nomeação da adivinha contribui para caracterizar a marginalização do oráculo machadiano. De fato, o seu nome, Bárbara, revela-se dos mais sugestivos se considerarmos que centralizando a civilização da antiguidade, a Grécia se reservava o direito de marginalizar os estrangeiros, distinguindo-os de si com a conotação de não civilizados – de “bárbaros”. Ora, Bárbara, o nome da adivinha, é uma variante de “bárbaro” e, à vista disso, se configura como mais uma manifestação em *Esau e Jacó* do índice de modernidade representado pela *marginalização* do costume oracular.

Afinal, Machado de Assis parece ter, de fato, considerado na sua atualização da tradição clássico-pagã para os tempos modernos, que os ventos seculares além de terem deslocado o costume oracular do centro para a periferia, e por consequência de norma para infração, substituíram também no sacerdócio os antigos gregos pelos novos bárbaros, não mais a experiente Pítia, mas tão somente a jovem Bárbara.

Notemos por fim que também a condição de cabocla desta adivinha contribui, por sua vez, para caracterizar a marginalização do oráculo. De fato, à semelhança do bárbaro, também o caboclo veio a ser marginalizado por uma sociedade brasileira que, em sua posição periférica, imposta a mirar-se no central espelho do branco europeu, tinha como ideal o embranquecimento. E, portanto, no detalhe da adivinha ser justamente uma cabocla, temos o registro machadiano, em termos de cultura brasileira, da moderna marginalidade reservada para esta “sacerdotisa” e seu respectivo oráculo, já contido em termos de cultura clássica no nome Bárbara. Assim, se lemos n’*As Eumênides* sobre o respeitável oráculo da sacerdotisa grega Pítia, em *Esau e Jacó* lemos sobre o popular oráculo de uma suburbana cabocla de nome Bárbara.

Em suma, a partir da análise da *filiação* machadiana à tradição clássico-pagã, esperamos ter explicitado o quanto uma tradição tão antiga quanto a tradição oracular grega veio a ser, de fato, atualizada para um contexto moderno quando apropriada pelo escritor brasileiro. Esperamos também ter acompanhado o movimento deste *homem do seu tempo e do seu país* quanto a conscientemente *copiar a civilização existente*, adicionando-lhe uma *partícula*. Ou ainda quanto a *temperar* com o *molho de sua fábrica*, brasileira e oitocentista, uma *especiaria alheia*, buscada de uma tradição tão remotamente distante no tempo e no espaço como é o caso da tradição clássico-pagã.

Conclusão

Nesta nossa análise do diálogo de Machado de Assis com a tradição clássico-pagã em *Esau e Jacó*, procuramos explicitar o quanto essa tradição, ao comparecer na obra machadiana, foi, de fato, submetida a modificações que admitem ser interpretadas como parte integrante de um processo de atualização de textos para que se tornem fiéis ao contexto muito distinto – tanto no âmbito espacial quanto no temporal – da periferia do mundo moderno. Esperamos assim ter demonstrado, como sugeriu Candido, o quanto a consciência machadiana das condições do meio brasileiro, ou seja,

a fidelidade ao contexto, interferiu na influência literária clássico-pagã, modificando-a e atualizando-a para o contexto de *Esau e Jacó*. Estamos interpretando essa constante atualização machadiana da tradição religiosa como um indício de que a religião, para Machado de Assis, é um produto histórico, criado por mãos humanas. Sabemos que o escritor não professava nenhuma religião e que morreu recusando a extrema-unção. Contudo, não há como ignorar que a religião é um tema recorrente nos seus escritos e que o diálogo do escritor com a tradição religiosa representa um importante ângulo de leitura da sua obra.

Referências

- CANDIDO, Antonio. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- ESQUILO, *Orestéia III*: Eumênides. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra Completa*, V. I-III, Rio de Janeiro: Aguilar, 1997.
- SCHWARZ, Roberto. *Machado de Assis: um Mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

